



Fernando Rabello

BIOCOMBUSTÍVEIS E MERCOSUL: uma oportunidade para a integração regional

41

BIOFUELS AND MERCOSUR: a chance for regional integration

Luizella Giardino Barbosa Branco
Marcelo Khair

RESUMO

Afirmam que a crise energética mundial oferece a oportunidade para os países do Mercosul se destacarem no cenário internacional como potenciais produtores e fornecedores de energia limpa – como os biocombustíveis – desenvolvendo seus laços integracionistas e, assim, a região.

Entendem que o momento é propício para que o Brasil exerça papel protagonista no processo de transformação dos biocombustíveis em *commodities* energéticas mundiais.

PALAVRAS-CHAVE

Direito Internacional; meio ambiente; Mercosul; biocombustível; energia; União Europeia.

ABSTRACT

The authors state that the world energy crisis provides an opportunity for Mercosur countries to stand out in the international scene as potential producers and suppliers of clean energy – such as biofuels – thus bringing about not only the development of the region itself but also the expansion of its alliances.

They believe such circumstances to favour Brazil in playing a leading role in the process of transforming biofuels into world-wide energy commodities.

KEYWORDS

International Law; environment; Mercosur; biofuel; energy; European Union.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva contribuir para uma possível retomada do projeto integracionista do Mercosul a partir da perspectiva energética, mas sob um prisma ainda pouco explorado, o dos biocombustíveis. A ideia se justifica, pois, apesar de reconhecer as falhas, dificuldades, avanços e retrocessos vividos ao longo dos 19 anos de sua existência, entendemos que o projeto de integração da região seja inexorável, e de caminho irreversível para os países nele envolvidos.

O tema da integração energética na América Latina não é inédito, uma vez que a primeira iniciativa nesse sentido remonta à década de 70, com a criação da Olade (Organização Latino-americana de Energia). Entretanto, não obstante a existência de iniciativas bilaterais bem sucedidas da interligação energética na América do Sul, como Itaipu e o gasoduto Bolívia-Argentina, é preciso reconhecer que tais exemplos não passaram de honrosas exceções.

Quanto à produção de biocombustíveis por países da região, destaca-se o fato de que, não obstante existirem iniciativas criadas por países da região com vistas à exploração conjunta dos biocombustíveis, o tema não é ainda orientado para um desenvolvimento conjunto.

Diante do avanço tecnológico do Brasil no desenvolvimento de fontes alternativas de energia baseadas na biomassa, como o etanol e o biodiesel, e, ainda, considerando-se as vantagens comparativas da região, tais como seus indicadores geográficos e climáticos, podemos vislumbrar o surgimento de uma arrancada para a integração dos países do Mercosul, por meio da exploração compartilhada dessa matriz energética.

Com efeito, se tomarmos como exemplo o processo de integração europeu, constatamos que a primeira instituição comu-

A preocupação mundial com a política energética que, há alguns anos, restringia-se, em termos gerais, às variações de preço do barril do petróleo, hoje se impõe como assunto estratégico na agenda de prioridades dos governos.

nitária que lastreou e serviu de base para a propagação da integração europeia foi a Comunidade do Carvão e do Aço (Ceca), instituição que tinha por base a exploração conjunta energética dos países que compunham à época a União Europeia.

Embora admitindo a existência de outras promissoras fontes de energias renováveis, tais como o hidrogênio, a energia nuclear e a hidroeletricidade, entre outras formas limpas de energia, a ideia desenvolvida nesse trabalho cuida apenas dos biocombustíveis como alternativa para a possibilidade de retomada de integração na região.

Para atingirmos a proposta aqui delineada, o artigo foi dividido em quatro partes. A primeira discorre sobre aspectos da crise da energia mundial que motivaram o surgimento dos biocombustíveis. A segunda se dedica a refletir sobre a ideia de criação de um mercado regional de biocombustíveis como

elemento facilitador e agregador do projeto de integração energética do Mercosul. A etapa seguinte trata da integração regional via biocombustíveis, tendo o Brasil como protagonista principal. Finalmente, a quarta e última parte conclui o presente trabalho.

2 O SURGIMENTO DE UMA NOVA MATRIZ ENERGÉTICA MUNDIAL: OS BIOCOMBUSTÍVEIS

A preocupação mundial com a política energética que, há alguns anos, restringia-se, em termos gerais, às variações de preço do barril do petróleo, hoje se impõe como assunto estratégico na agenda de prioridades dos governos. A mudança de perspectiva dos países sobre os investimentos em energia reflete, em grande medida, a relevância que o tema veio a adquirir. Com efeito, a emergência de fenômenos contemporâneos relacionados à atividade energética e a observância de suas consequências no desenvolvimento econômico e na estabilidade política dos países, tais como: (a) o potencial esgotamento das reservas de petróleo fóssil em contraponto ao seu consumo contínuo pelas nações; (b) o aumento do preço do petróleo em descompasso com a baixa inflação do mercado; (c) a garantia incerta de fornecimento de petróleo devido à instabilidade política nas principais regiões produtoras no mundo; (d) a adoção de medidas para redução da poluição advindas do consumo dos combustíveis, com vistas à preservação do meio ambiente; e (e) a elevação de preços dos alimentos e consequente diminuição de seu consumo como consequência da exploração de novas reservas de petróleo, transformaram a questão energética em assunto de segurança nacional para os Estados. Por essas razões, torna-se imprescindível que a comunidade internacional aprimore e expanda o uso de fontes renováveis de energia nas suas mais diversas aplicações.

Nesse cenário, os biocombustíveis surgem como uma alternativa viável para a transformação da matriz de energia no mundo. A mudança do atual paradigma energético é de fundamental importância para o funcionamento de todo o domínio produtivo, mais especialmente para o setor de transportes, cuja dependência em relação ao petróleo responde por cerca de 98% da demanda mundial de combustíveis¹ e cujo nível de preços poderá impor limites indesejáveis ao crescimento da economia mundial. Vale igualmente notar que a demanda por energia tem aumentado consideravelmente por parte de países emergentes, que, de forma a viabilizar o desenvolvimento de suas economias, deverão apresentar dependência crescente das atuais reservas de petróleo².

Acreditamos que a criação de uma estratégia conjunta para os biocombustíveis no Mercosul pode significar um importante passo na consolidação do bloco como líder na produção e abastecimento mundial desse produto. Isso porque, excetuando-se o Brasil, os principais produtores de biocombustíveis da atualidade, a saber, Estados Unidos e União Europeia, apresentam fatores desfavoráveis com relação a questões ambientais e alimentares, como veremos mais adiante. Ademais, a importância dos combustíveis fósseis

para a região é reforçada pelo fato de serem os recursos energéticos os principais produtos das pautas de importação e exportação de diversos países sul-americanos, conforme nos apresentam as tabelas de estatísticas do sítio eletrônico da Aladi³. (Ver anexo).

3 CONSTRUINDO UMA AGENDA ENERGÉTICA: CRIAÇÃO DE UM PROGRAMA INTEGRADO DE BIOCOMBUSTÍVEIS

Um mercado global de biocombustíveis, com diversidade de produtores e consumidores, é fundamental para a geração e fornecimento de energia limpa e renovável para o planeta. Nesse contexto, os biocombustíveis podem inaugurar uma nova era para que países em desenvolvimento forneçam esse produto, mais especificamente para os do Mercosul, que possuem extensão territorial e clima favoráveis para o plantio de matérias primas para a produção dos biocombustíveis.

Como comentado na seção anterior, com exceção do Brasil, as matrizes energéticas dos principais países produtores de biocombustíveis, tais como o milho, no caso norte-americano, e a beterraba, no caso europeu, baseiam-se em culturas que concorrem com a produção de alimentos. Na América Latina e no Caribe, ao contrário, observa-se que a maioria dos biocombustíveis produzidos, mais especificamente o etanol, provém quase que exclusivamente da cultura de cana-de-açúcar, que apresenta resultados energéticos comprovadamente mais eficientes. Nesses países a extensão de terra e os recursos hídricos são abundantes, sem contar que quase 90% do território da América Latina encontra-se sob um clima úmido ou semi-úmido. Como se isso não bastasse, de acordo com estimativas, apenas 20% da terra arável da região é cultivada, tendo, portanto, recursos agrícolas ainda subutilizados (MORENO, 2007). O mesmo não se pode afirmar dos Estados Unidos e Europa, que possuem quantidades limitadas de terra cultivadas disponíveis e clima pouco favorável à plantação dessa matriz energética.

Existem diversas iniciativas isoladas para o desenvolvimento de biocombustíveis nos países sul-americanos. De

acordo com o estudo intitulado *O cenário dos biocombustíveis na América do Sul e a liderança brasileira* realizado pelo periódico Pontes Quinzenal⁴ – que levou em consideração os seguintes fatores: (a) níveis de produção; (b) apoio governamental; (c) envolvimento do setor privado; (d) pesquisa e desenvolvimento – P&D; e (e) infraestrutura logística – além do Brasil, há, hodiernamente, cinco outros países da região envolvidos em empreendimentos relacionados aos biocombustíveis: Colômbia, Argentina, Peru, Bolívia e Equador⁵. Entretanto, desses, apenas Colômbia⁶ e Argentina⁷,

Dentre as iniciativas coordenadas na América Latina, destacamos o Programa Regional de Biocombustíveis criado pela Olade visando implementar programas nacionais nos Países Membros da Organização interessados na produção e uso de etanol e biodiesel.

possuem os meios e a motivação para impulsionar a produção de biocombustíveis pelo grande potencial de iniciativas em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) apresentados. Os demais países produtores de biocombustíveis estão ainda em fase embrionária.

Dentre as iniciativas coordenadas na América Latina, destacamos o Programa Regional de Biocombustíveis criado pela Olade visando implementar programas nacionais nos Países Membros da Organização interessados na produção e uso de etanol e biodiesel. No Mercosul, cabe também registro a criação do Grupo de Trabalho Especial sobre Biocombustíveis.

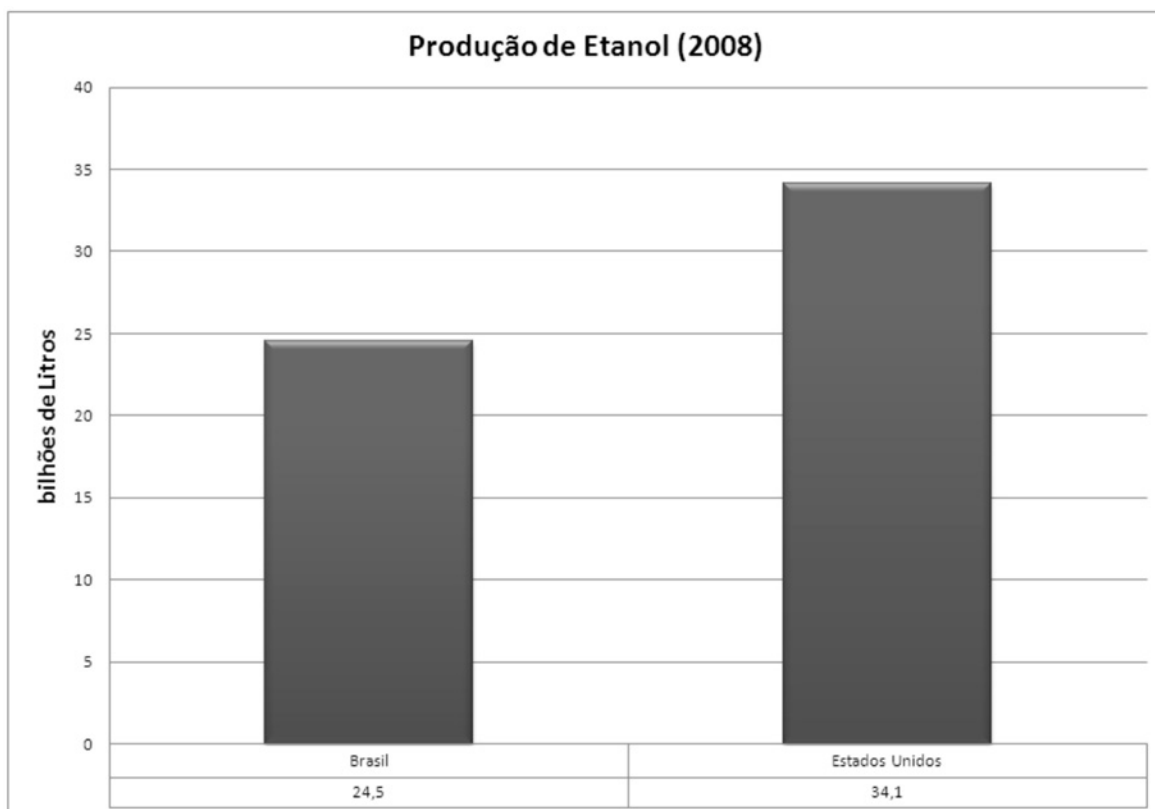
A constatação da pluralidade de atores e de ações esparsas sobre biocombustíveis hoje em curso na região chama atenção para a necessidade da existência de uma coordenação política e técnica que centralize e harmonize esses projetos, tornando constante a evolução para um cenário energético sólido e seguro.

Andrés López, diretor executivo do periódico *Red Mercosur*, afirma que os biocombustíveis têm assumido uma importância geopolítica crescente e, embora representem atualmente apenas 1% da oferta mundial de energia,

chama a atenção para o fato de que a produção mundial dos biocombustíveis tenha crescido cerca de 230% entre os anos de 2000 e 2007. Ainda de acordo com López, se essa tendência for mantida, no ano de 2030, os biocombustíveis representariam aproximadamente 10% da oferta mundial, um percentual que poderia se estender a 25%, caso os chamados “biocombustíveis de segunda geração”, mais eficientes e competitivos, tenham êxito em se desenvolver (SUMATO..., 2009).

Para atingir essa meta, os países deveriam criar programas de caráter

cooperativo para auxiliar na criação de um mercado único de biocombustíveis, bem como apoiar na formulação de políticas energéticas e ambientais. Nesse sentido, menciona-se a existência do Programa de Energia na Europa (*Energy-Europe Programme – IEE*), que centraliza o estímulo ao desenvolvimento de energias alternativas e combustíveis “verdes” nos países do bloco. Esse programa foi criado em março de 2007, quando os dirigentes europeus reconheceram que havia chegado o momento de pôr em prática uma política integrada em matéria de energia e de ambiente dotada de objetivos claros e datas precisas para reduzir a utilização de combustíveis fósseis, poupar energia e desenvolver energias renováveis. Os projetos desse programa visam alcançar critérios de sustentabilidade e condições de mercado favoráveis para o comércio internacional de biocombustíveis. Nesse cenário, o Brasil, que é o segundo principal produtor mundial de etanol do planeta, só ficando atrás dos Estados Unidos⁸ (ou seria melhor dizer, para os subsídios agrícolas norte-americanos?), tem muito a contribuir, uma vez que detém importante conhecimento acumulado na área de biocombustíveis. Vejamos o quadro a seguir:



Fonte: Renewable Fuels Association

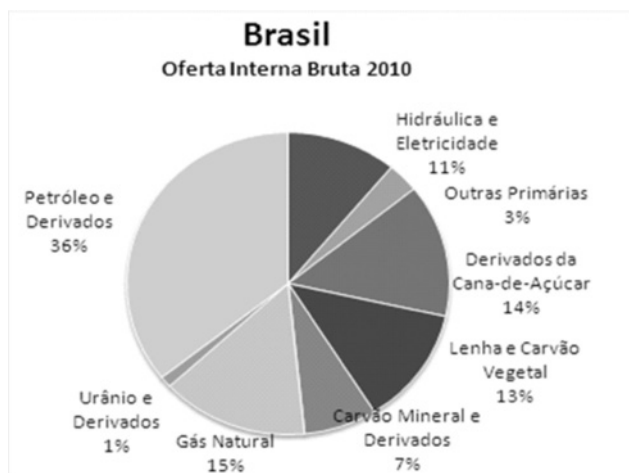
Na sequência, apresentaremos os argumentos que justificam ser o projeto energético regional baseado nos biocombustíveis naturalmente liderados pelo Brasil.

4 BRASIL COMO COORDENADOR DA INTEGRAÇÃO REGIONAL VIA BIOCOMBUSTÍVEIS

Em termos nacionais, a energia renovável brasileira advinda dos biocombustíveis já representa 45% da nossa matriz energética, diante de 14% no mundo e apenas 6% nos países da OCDE (JANK, 2006). A tecnologia brasileira na área é de ponta, o que atribui especial vantagem comparativa sobre outros países, com relação à exportação de energia, fato que nos equipara aos países do atual eixo energético (FAÇANHA, 2004). Os gráficos abaixo reproduzidos permitem visualizar e entender melhor o grau de adiantamento do Brasil em energias limpas em comparação ao resto do mundo.

Em dimensão global, o Brasil tem defendido a adoção de padrões e normas técnicas internacionais que permitam o estabelecimento de mercado global para esses produtos. Para tanto, o país participou, juntamente com África do Sul, China, Estados Unidos, Índia e União Europeia, da criação do Fórum Internacional de Biocombustíveis, em março de 2007, em Nova York, com o objetivo de criar um mecanismo de coordenação entre os maiores produtores/consumidores de biocombustíveis, em escala mundial.

A corrente continental da estratégia energética brasileira está representada pela Comissão Interamericana do Etanol⁹, instituição privada criada à luz do Tratado Bilateral Brasil-Estados Unidos, primeiro acordo bilateral para promoção do etanol em todo o hemisfério. A referida entidade busca contemplar a construção de táticas de médio e longo prazos para o desenvolvimento do mercado, da pesquisa e das relações comerciais no campo da agroenergia.



No âmbito regional, o Brasil tem estimulado a integração energética da América do Sul com o objetivo de promover o processo e a cooperação estratégica na região, buscando adotar uma legislação interna uniforme relacionada aos biocombustíveis. Como marco desse compromisso comum, os sócios do Mercosul assinaram um Memorando de Entendimentos, em dezembro de 2006, ampliando a colaboração recíproca dos Países-Membros sobre o tema. O referido memorando, que prevê o estabelecimento de um Grupo de Trabalho Especial com o fito de criar um programa de cooperação na área de biocombustíveis e suas tecnologias, foi aprovado pela Decisão n. 32/06 da CMC, mas precisa ainda ser internalizado pelos países do bloco.

Por fim, a quarta vertente de atuação brasileira abrange iniciativas de cooperação técnica no campo bilateral – inclusive na pesquisa de fontes alternativas para a produção de biocombustíveis – e de promoção de intercâmbio científico e acadêmico. Sua operacionalização tem-se dado por meio da assinatura de memorandos com o IBAS¹⁰, o Paraguai, Uruguai, Chile, Equador, Itália e outros países. O recente Memorando de Entendimentos, assinado com os Estados Unidos, aos 9/3/2007, também prevê cooperação em terceiros países para o desenvolvimento dos biocombustíveis¹¹.

A crescente demanda internacional por cooperação com o Brasil é resultado da vanguarda tecnológica que o país logrou desenvolver na matéria. Entretanto, esse aumento na demanda requer critério na seleção de parcerias, de modo a assegurar que a cooperação contribua para o aprimoramento dos processos tecnológicos, em condições equilibradas e mediante regras adequadas para a repartição equitativa de benefícios resultantes das pesquisas.

Percebe-se que a realidade, tanto do ponto de vista energético como do integracionista, aumenta a relevância da integração energética com o Brasil para os países sul-americanos. Primeiramente isso se justifica, pois, o Brasil é preponderante na região, em qualquer critério, sob o ponto de vista, territorial, populacional, de recursos naturais, industriais e tecnológico. Com a realidade do agravamento da crise do petróleo, por um lado, e a decepção com o resultado das negocia-

ções em nível multilateral em curso, por outro, nos parece acertado que o Brasil, notadamente um dos países mais evoluídos na produção e desenvolvimento dos biocombustíveis do mundo, volte novamente seus interesses para a América do Sul, fato que, aliás, vem a corroborar a política externa de priorizar as relações sul-sul já em curso pelo atual governo federal. Sob a ótica do atual governo, a cooperação sul-sul não substitui o relacionamento com os Estados Unidos e a União Europeia, mas representa uma oportunidade de ampliar o comércio exterior brasileiro¹². Sob o prisma da integração, é fato que, passados 17 anos desde a criação do Mercosul pelo Tratado de Assunção e depois de muito esforço negociador, o processo de integração regional, do ponto de vista institucional, continua sem perspectiva.

Nosso mercado oferece a escala necessária para que a região possa viabilizar economicamente a expansão da oferta de energia, reduzindo a demanda regional de petróleo. Por outro lado, a robustez de nosso suprimento e a tecnologia que dispomos, e em especial a área dos biocombustíveis, permite oferecer aos nossos vizinhos a segurança energética que necessitam para atrair investimentos produtivos. Dessa forma, a região poderá

Apesar de estarem disponíveis a tecnologia e o know-how necessários para que os biocombustíveis venham a ser adotados no plano internacional, é imprescindível que os governos adotem medidas para a sua inclusão nas suas respectivas matrizes energéticas.

explorar plenamente sua principal vantagem comparativa: a disponibilidade regional de recursos energéticos com baixos custos de oportunidade (BARBOSA, 2008).

É importante também notar que, do ponto de vista brasileiro, a integração energética regional abre ampla janela de oportunidades para a projeção de estruturas empresariais brasileiras na América do Sul, apoiando-se na nossa liderança tecnológica e nos ganhos de escala de nossos fornecedores de bens e serviços para as empresas de energia. Portanto, ainda que a integração regional não mais seja peça relevante para a segurança do suprimento energético doméstico, ela

cresceu em importância para o posicionamento estratégico do sistema energético brasileiro no cenário mundial. Porém, é também importante a transferência das tecnologias envolvidas em toda a cadeia produtiva do etanol, desde sua produção até o consumo final, especialmente na América do Sul.

Esse conjunto de demandas indica que o enfoque bilateral não é mais adequado para o processo de integração do mercado energético brasileiro com seus vizinhos. O momento, portanto, é propício para que o Brasil, referência em política pública nesse segmento para o resto do mundo¹³, atue como fornecedor de tecnologia para produção de etanol para os países-membros do Mercosul, e exerça – de modo sustentável – papel protagonista no processo de transformação dos biocombustíveis em *commodities* energéticas internacionalmente negociáveis¹⁴. Descortina-se, assim, a oportunidade de o país alavancar investimentos na região e avançar na “comoditização” do etanol e de outros biocombustíveis, a fim de permitir a sua negociação irrestrita no mercado internacional.

Essa transformação exigirá que os países criem uma regulamentação especial que assegure a demanda, a competitividade, a sustentabilidade e a

operacionalidade do setor, por meio de um arcabouço legal e jurídico capaz de atender aos interesses futuros, uma vez que hoje o produto não é considerado de mercado. Nesse sentido, trazemos o entendimento do gerente de comercialização de álcool da Petrobrás, Sillas Oliva Filho, segundo o qual, *etanol é um mercado novo. Internacionalmente tem pouco mais de dois anos*, prevendo, todavia, uma abertura maior do mercado internacional a partir de 2012. Corroborando com o entendimento anterior, o ex-presidente da Unica, Eduardo Pereira de Carvalho, afirma que *o verdadeiro mercado de etanol ainda não existe*, lembrando que a atual demanda pelo

produto se limita aos Estados Unidos e à Suécia, acrescentando que a última tem o tamanho da “Penha”¹⁵.

Com base nas assertivas anteriores, podemos afirmar que a criação de uma padronização técnica para o álcool, bem como a adoção de regras universais para a sua comercialização e a de outros biocombustíveis, exigirão o esforço conjunto de seus principais produtores. Acreditamos que, a partir de uma articulação regional entre os países do Mercosul, será possível transformar o etanol numa *commodity* de fato e avançarmos para a criação de um fórum mundial de etanol que envolva outros atores de peso, como a União Europeia e a China. *Com efeito, que está em jogo é a construção de uma aliança estratégica entre vários países interessados em exportar e consumir em grandes escalas o álcool combustível, com grande destaque para o Mercosul, motivado pela perspectiva de excelentes ganhos econômicos e políticos.* (ARAÚJO; OLIVEIRA, 1995).

Para que essa estratégia se consolide, serão necessários pesados investimentos no aumento da produção. Sobre o volume de investimentos a serem realizados nos próximos anos no setor sucroalcooleiro, projeções do mercado estimam que a soma de aplicações deve chegar a US\$ 19 bilhões até 2012. Apenas os empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) devem chegar a R\$ 10 bilhões ao longo deste mesmo período. O Banco Mundial (BIRD) mantém uma reserva de US\$ 997 milhões para o financiamento de projetos na área de biocombustíveis. O Banco Europeu de Investimentos (BEI), instituição financeira da União Europeia (UE), também reservou € 3 bilhões para apoiar projetos que contribuam para sustentabilidade energética fora do próprio continente.

Corroborando com a premissa anterior, trazemos um trecho do estudo *A Blueprint for Green Energy in the Americas Strategic Analysis of Opportunities for Brazil and the Hemisphere Featuring: The Global Biofuels Outlook 2007*, elaborado pela empresa de consultoria norte-americana Garten Rothkopf, *to maintain the pace of production and ensure that the facilities that have been recently planned come on-stream over the next several years, investments will be necessary not only directly to production, but also to infrastructure and research. Brazil will have to clearly decide which feedstock it intends to rely upon to achieve the 2008 and 2013 targets, and devote investments to the foundational agriculture structures in the northeast.* (ROTHKOPF, 2007, p. 526).

Por essas razões acreditamos ser esse um momento oportuno para o Brasil e demais parceiros do Mercosul se firmarem como líderes de mercado, possibilitando novas oportunidades de trabalho, contribuindo para um meio socioambiental mais justo e equilibrado. Como enfatizou o presidente Lula em discurso durante a primeira conferência internacional de biocombustíveis, *esse novo mercado poderá ajudar a diminuir a enorme distância econômica entre os países, uma vez que mais de 100 (cem) nações apresentam condições para a produção de etanol, comparado a apenas 20 (vinte) que hoje produzem petróleo, a principal commodity mundial*¹⁶.

5 CONCLUSÃO

A formulação de políticas energéticas tem passado por importantes alterações nos últimos anos. Verifica-se uma mudança na forma como a variável energética se articula com as demais

políticas de Estado, bem como os critérios de definição de prioridades dos países quando o tema é esse. O momento de crise da energia mundial, portanto, descortina a oportunidade para os países do Mercosul se destacarem no cenário internacional como potenciais produtores e fornecedores de energia limpa, por meio dos biocombustíveis, desenvolvendo, ao mesmo tempo, seus laços integracionistas e, assim, a região. Entretanto, para isso será necessário um esforço concentrado dos países para o estabelecimento de regras comuns e um planejamento financeiro ordenado que harmonize as ações e interesses de todos os países integrantes do bloco.

Apesar de estarem disponíveis a tecnologia e o *know-how* necessários para que os biocombustíveis venham a ser adotados no plano internacional, é imprescindível que os governos adotem medidas para a sua inclusão nas suas respectivas matrizes energéticas. Ademais, faz-se necessário um esforço coordenado para disseminar a produção e o uso de biocombustíveis no mundo.

O momento é propício para que o Brasil, cujas políticas públicas lograram introduzir os biocombustíveis em sua matriz energética, sendo hoje referência para o resto do mundo, exerça papel protagonista no processo de transformação dos biocombustíveis em *commodities* energéticas mundiais. Com essa iniciativa, fortaleceremos nossos laços com os países da região, possibilitando, dessa forma, uma nova, próspera e pragmática etapa na integração do Mercosul.

NOTAS

- 1 Dados do World Energy Council. Disponível em: <http://www.worldenergy.org/documents/ser_2010_report_1.pdf>. Acesso em 1 fev. 2011.
- 2 Dados da Key World Energy Statistics 2007, International Energy Agency, Paris, França. Disponível em: <www.iea.org/Textbase/publications/free_new_Desc.asp?PUBS_ID=1953> Acesso em 1 de fev. 2011.
- 3 Fonte: ALADI. Sistema de Informações de Comércio Exterior. Principais produtos de comércio de um país. Consulta formulada no sítio eletrônico: <<http://www.aladi.org/nsfaladi/sitio.nsf/vsitioweb2004/comercio>>. Acesso em: 25 ago. 2008.
- 4 Consultar: Periódico Pontes Quinzenal, v. 3, n. 6, dez 2007. O cenário dos biocombustíveis na América do Sul e a liderança brasileira. Disponível em: <www.ictsd.net/i/news/4415>. Acesso em: 17 jan.2011.
- 5 Embora reconhecendo a existência de um acordo de cooperação sobre etanol assinado entre Brasil e Venezuela, cabe ressaltar que o estudo em questão não considerou esse último país, uma vez que a Venezuela não faz da produção de biocombustíveis uma prioridade.
- 6 A Colômbia é o quarto produtor mundial de óleo de palma. O desenvolvimento de uma estrutura regulatória para a produção de biodiesel a partir do óleo de palma teve início em 2004, quando a Lei n. 939 criou incentivos e isenções de taxas para a produção e comercialização do combustível. Da mesma forma, uma resolução do Ministério de Minas e Energia determina a mistura obrigatória de 5% de biodiesel ao óleo diesel. Ver: Periódico Pontes Quinzenal, v. 3, n. 6, dez 2007. O cenário dos biocombustíveis na América do Sul e a liderança brasileira. Disponível em: <www.ictsd.net/i/news/4415>. Acesso em: 17 jan. 2011.
- 7 Em 2001, o governo argentino lançou o Programa Nacional para Biocombustíveis (Resolução n. 1076/2001) e o Plano de Competitividade do Biodiesel (Decreto n. 1396/2001). A Lei de Biocombustíveis, aprovada em 2006 (Lei n. 26.093/2006), trouxe incentivos fiscais e determinou níveis de mistura obrigatórios (5% para o biodiesel e o etanol), com o objetivo de promover a indústria, atrair investidores e oferecer aos produtores uma base de consumo.
- 8 Estados Unidos e Brasil são os maiores produtores mundiais de etanol, totalizando 70% da produção mundial. Embora perca por uma margem pequena para os Estados Unidos, o Brasil é líder absoluto no *ranking* dos países que exportam o produto – detém cerca de 60% do mercado internacional de álcool. Os Estados Unidos, por sua vez, produzem o etanol a partir do milho, mas seu destino é o mercado interno. (MCELROY, 2007).

- 9 A Comissão Interamericana do Etanol, criada, em 18/12/2006, em Miami, é integrada por dois países, Brasil e Estados Unidos, e uma organização internacional, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Compartilham hoje a presidência da mencionada entidade os seguintes dirigentes: Jeb Bush (governador da Califórnia), Luis Alberto Moreno (presidente do BID), Roberto Rodrigues (coordenador do Centro de Agronegócios da Fundação Getúlio Vargas – FGV).
- 10 O Fórum de Diálogo entre Índia, Brasil e África do Sul – IBAS para permitir a coordenação e cooperação entre países em desenvolvimento.
- 11 O referido Memorando pode ser consultado no seguinte endereço eletrônico: <<http://acessibilidade.mct.gov.br/index.php/content/view/49026.html>>. Acesso em 17 jan. 2011.
- 12 Sobre o tema da cooperação sul-sul ver LIMA (2005).
- 13 A experiência brasileira com a utilização do etanol combustível como aditivo à gasolina remonta à década de 1920. Porém, foi somente a partir de 1931 que o combustível produzido a partir da cana-de-açúcar passou a ser oficialmente adicionado à gasolina, então importada. Apesar dessas iniciativas iniciais, entretanto, foi apenas em 1975, com o lançamento do Programa Nacional do Alcool – PROÁLCOOL, que o Governo criou as condições necessárias para que o setor sucroalcooleiro brasileiro se tornasse, três décadas mais tarde, um dos mais modernos do mundo. (ROTHKOPF, Garten, 2007, p. 441).
- 14 Na verdade, esse diferencial do Brasil na produção de energia já começa a ser notado. Como destacou o professor Alfredo Valladão, diretor da Cátedra Mercosul do Instituto de Ciências Políticas de Paris (Science Po), em palestra no Centro Brasileiro de Relações Internacionais – CEBRI, com cuja afirmação concordamos: *Não foi por outra razão que a União Européia elegeu o Brasil como parceiro estratégico na região.*
- 15 Citações disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <<http://www.portaldadministracao.org/category/cana-de-acucar>> Acesso em 17 jan. 2011.
- 16 Declaração proferida durante conferência realizada em 05/07/2007, em Bruxelas, Bélgica. Disponível em: <http://www.idcid.org.br/ver_doc.php?type=e&doc=77>. Acesso em 17 jan. 2011.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, João Lizardo Rodrigues Hermes de; OLIVEIRA, Adilson de. *Questões de política energética brasileira para o fim do século*. Instituto de Economia Industrial da UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, 1995. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/eventos/pdfs/seminarios/pesquisa/cap1questoes_de_politica_energetica_brasileira_para_o_fim_do_seculo.pdf>. Acesso em : 17.01.2011.

BARBOSA, Rubens. A política externa do Brasil para a América do Sul e o ingresso da Venezuela no Mercosul. *Interesse Nacional*, São Paulo, abr./jun. 2008. <http://www.rbarbosaconsult.com.br/publicacoes/Cartao_Assinante/Pol%C3%ADtica_Externa_Brasil4.pdf>. Acesso em: 17.01.2011.

CARO, Ariela Ruiz. Opinón. El bilateralismo en el comercio mundial. *Red Latinoamericana de Política Comercial (LATN)*, Buenos Aires, v. 4, n. 19, p. 5, out. 2006.

FAÇANHA, Cristiane. *Biocombustíveis: questão energética social e ambiental*. Trabalho apresentado no Painel de Ciência e Cultura do Instituto de Pesquisa e Estudos Florestais (IPEF), São Paulo, maio 2004. Disponível em: <<http://www.ipef.br/tecprodutos/biocombustivel.asp>>. Acesso em 17 jan. 2011.

JANK, Marcos S. A revolução da agroenergia. In: *O Estado de São Paulo*, Espaço Aberto, p. A-2, 15 nov. 2006. Disponível em <<http://www.eagora.org.br/arquivo/A-revoluo-da-agroenergia>>. Acesso em 17 jan. 2011.

LEITE, Rogério Cerqueira. Os impasses para a produção de energia no globo e no Brasil. *Revista Parcerias Estratégicas*, Brasília, n. 20, jun. 2005.

LIMA, Maria Regina Soares de. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 48, n. 1, p. 24-59, 2005.

MCELROY, Anduin Kirkbride. The future of corn production. *Ethanol Producer Magazine*, May 2007. Disponível em: <<http://www.ethanolproducer.com/articles/2956/the-future-of-corn-production>>. Acesso em: 17 jan. 2011.

MORENO, Luis Alberto. *Establish free trade, world market for biofuels*. In: Des Moines Register, Iowa, 20/12/07. Disponível em: <<http://web.gatewayflorida.org/site/content/view/106/140/>>. Acesso em 17.01.2011.

RÍOS, Sandra; MOTTA VEIGA, Pedro da. O regionalismo pós-liberal, na América do Sul: origens, iniciativas e dilemas. *Cadernos da CEPAL*, Nações Unidas, Divisão de Comércio Internacional e Integração, Santiago do Chile, jul. 2007. (Série Comércio Internacional; 82).

ROTHKOPF, Garten. *A blueprint for green energy in the americas strategic analysis of opportunities for Brazil and the hemisphere featuring: the global biofuels outlook 2007*. Relatório elaborado para o BID pela empresa de consultoria norte-americana Garten Rothkopf, Washington D.C: 2007. Disponível em : <<http://www.geni.org/globalenergy/library/technical-articles/generation/future-fuels/iadb.org/a-blueprint-for-green-energy-in-the-americas/945745.pdf>>. Acesso em 17 jan. 2011.

SUMATO SUMATORIA. *La Red del Mercosur en síntesis RIA*. La industria de biocombustibles en el Mercosur: las perspectivas de complementación regional, Uruguai, Montevideo: 2009, p. 5. Disponível em: <<http://www.redmercosur.org>>. Acesso em 12 dez. 2010.

Artigo recebido em 28/4/2010.

Artigo aprovado em 17/6/2010.

Luizella Giardino Barbosa Branco é advogada com especialização em Direito do Comércio Internacional, no Rio de Janeiro-RJ.

Marcelo Khair é sócio do escritório Teixeira & Khair Advogados, no Rio de Janeiro-RJ.

ANEXO

PRINCIPAIS PRODUTOS DE COMÉRCIO DE CADA ESTADO-MEMBRO DO MERCOSUL

ARGENTINA

Importações

Ranking	Item/Descrição	Valor (US\$ - CIF)	% Total	% Acumulado
3º	Capítulo : 27 COMBUSTIBLES MINERALES, ACEITES MINERALES Y PRODUCTOS DE SU DESTILACIÓN; MATERIAS BITUMINOSAS; CERAS MINERALES Partida : 2710 ACEITES DE PETRÓLEO O DE MINERAL BITUMINOSO, EXCEPTO LOS ACEITES CRUDOS; PREPARACIONES NO EXPRESADAS NI COMPRENDIDAS EN OTRA PARTE, CON UN CONTENIDO DE ACEITES DE PETRÓLEO O DE MINERAL BITUMINOSO SUPERIOR O IGUAL AL 70 % EN PESO, EN LAS QUE ESTOS ACEITES CONSTITUYAN EL ELEMENTO BASE; DESECHOS DE ACEITES	1,123,448	2.53%	9.05%

Exportações

Ranking	Item/Descrição	Valor (US\$ - CIF)	% Total	% Acumulado
8º	Capítulo : 27 COMBUSTIBLES MINERALES, ACEITES MINERALES Y PRODUCTOS DE SU DESTILACIÓN; MATERIAS BITUMINOSAS; CERAS MINERALES Partida : 2709 ACEITES CRUDOS DE PETRÓLEO O DE MINERAL BITUMINOSO Apertura : 270900 Aceites crudos de petróleo o de mineral bituminoso	1,123,448	2.53%	9.05%

Fonte: SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE COMÉRCIO EXTERIOR – 2007

BRASIL

Importações

Ranking	Item/Descrição	Valor (US\$ - CIF)	% Total	% Acumulado
1º	Capítulo : 27 COMBUSTÍVEIS MINERAIS, ÓLEOS MINERAIS E PRODUTOS DA SUA DESTILAÇÃO; MATÉRIAS BETUMINOSAS; CERAS MINERAIS Partida : 2709 ÓLEOS BRUTOS DE PETRÓLEO OU DE MINERAIS BETUMINOSOS	12,163,522	9.60%	9.60%

2º	Capítulo : 27 COMBUSTÍVEIS MINERAIS, ÓLEOS MINERAIS E PRODUTOS DA SUA DESTILAÇÃO; MATÉRIAS BETUMINOSAS; CERAS MINERAIS Partida : 2710 Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos; preparações não especificadas nem compreendidas em outras posições, contendo, como constituintes básicos, 70% ou mais, em peso, de óleos de petróleo ou de minerais betuminosos; resíduos de óleos	3,096,069	2.44%	12.05%
----	--	-----------	-------	--------

Exportações

Ranking	Item/Descrição	Valor (US\$ - CIF)	% Total	% Acumulado
1º	Capítulo : 27 COMBUSTÍVEIS MINERAIS, ÓLEOS MINERAIS E PRODUTOS DA SUA DESTILAÇÃO; MATÉRIAS BETUMINOSAS; CERAS MINERAIS. Partida : 2709 ÓLEOS BRUTOS DE PETRÓLEO OU DE MINERAIS BETUMINOSOS	8,905,065	5.66%	5.66%
2º	Capítulo : 26 MINÉRIOS, ESCÓRIAS E CINZAS Partida : 2601 MINÉRIOS DE FERRO E SEUS CONCENTRADOS, INCLUÍDAS AS PIRITAS DE FERRO USTULADAS (CINZAS DE PIRITAS)	7,114,106	4.52%	10.19%

Fonte: SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE COMÉRCIO EXTERIOR – 2007

PARAGUAI

Importações

Ranking	Item/Descrição	Valor (US\$ - CIF)	% Total	% Acumulado
1º	Capítulo : 27 COMBUSTIBLES MINERALES, ACEITES MINERALES Y PRODUCTOS DE SU DESTILACIÓN; MATERIAS BITUMINOSAS; CERAS MINERALES Partida : 2710 ACEITES DE PETRÓLEO O DE MINERAL BITUMINOSO, EXCEPTO LOS ACEITES CRUDOS; PREPARACIONES NO EXPRESADAS NI COMPRENDIDAS EN OTRA PARTE, CON UN CONTENIDO DE ACEITES DE PETRÓLEO O DE MINERAL BITUMINOSO SUPERIOR O IGUAL AL 70 % EN PESO, EN LAS QUE ESTOS ACEITES CONSTITUYAN EL ELEMENTO BASE; DESECHOS DE ACEITES	364,098	7.85%	7.85%

Fonte: SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE COMÉRCIO EXTERIOR – 2007

URUGUAI

Importações

Ranking	Item/Descrição	Valor (US\$ - CIF)	% Total	% Acumulado
1°	Capitulo : 27 COMBUSTIBLES MINERALES, ACEITES MINERALES Y PRODUCTOS DE SU DESTILACIÓN; MATERIAS BITUMINOSAS; CERAS MINERALES Partida : 2709 ACEITES CRUDOS DE PETRÓLEO O DE MINERAL BITUMINOSO	709,087	12.60%	12.60%
2°	Capitulo : 27 COMBUSTIBLES MINERALES, ACEITES MINERALES Y PRODUCTOS DE SU DESTILACIÓN; MATERIAS BITUMINOSAS; CERAS MINERALES Partida : 2710 ACEITES DE PETRÓLEO O DE MINERAL BITUMINOSO, EXCEPTO LOS ACEITES CRUDOS; PREPARACIONES NO EXPRESADAS NI COMPRENDIDAS EN OTRA PARTE, CON UN CONTENIDO DE ACEITES DE PETRÓLEO O DE MINERAL BITUMINOSO SUPERIOR O IGUAL AL 70 % EN PESO, EN LAS QUE ESTOS ACEITES CONSTITUYAN EL ELEMENTO BASE; DESECHOS DE ACEITES	278,502	4.95%	17.55%

50

Exportações

Ranking	Item/Descrição	Valor (US\$ - CIF)	% Total	% Acumulado
8°	Capitulo : 27 COMBUSTIBLES MINERALES, ACEITES MINERALES Y PRODUCTOS DE SU DESTILACIÓN; MATERIAS BITUMINOSAS; CERAS MINERALES Partida : 2710 ACEITES DE PETRÓLEO O DE MINERAL BITUMINOSO, EXCEPTO LOS ACEITES CRUDOS; PREPARACIONES NO EXPRESADAS NI COMPRENDIDAS EN OTRA PARTE, CON UN CONTENIDO DE ACEITES DE PETRÓLEO O DE MINERAL BITUMINOSO SUPERIOR O IGUAL AL 70 % EN PESO, EN LAS QUE ESTOS ACEITES CONSTITUYAN EL ELEMENTO BASE; DESECHOS DE ACEITES	106,104	2.36%	26.43%

Fonte: SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE COMÉRCIO EXTERIOR – 2007